

**Relações Internacionais e Meio Ambiente:
Teoria e História**

KARINA LILIA PASQUARIELLO

Cadernos CEDEC nº 26

São Paulo, 1993

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E MEIO AMBIENTE: TEORIA E HISTÓRIA*

AS CONCEPÇÕES CLÁSSICAS

A partir dos séculos XVI e XVII ocorre uma verdadeira revolução no pensamento ocidental, com o advento da ciência moderna e, mais especificamente, na concepção humana da natureza (KOYRE, 1979). O homem passa a entender os recursos naturais como infinitos e passíveis de dominação.

O pensamento de Descartes é um exemplo dessa visão, ele afirma que o homem deve assenhorar-se da natureza e transformá-la conforme sua vontade, portanto o conhecimento passa a ser definido em termos da capacidade de subjugar a natureza.

Ao mesmo tempo em que ocorre essa alteração de pensamento, principalmente a Europa Ocidental passa por uma reelaboração de seu sistema produtivo: é o início do capitalismo.

Com a expansão marítimo-comercial, o surgimento do capitalismo e o desenvolvimento do pensamento moderno, a partir do século XV ocorre uma mundialização da civilização ocidental que resultou no movimento tendente à imposição a outras culturas de sua concepção de *progresso e civilidade* e,

* Este Caderno apresenta parte da pesquisa desenvolvida no CEDEC, com financiamento parcial da FAPESP e CNPq, sob o título "Meio Ambiente e Dívida Externa".

conseqüentemente, os seus imperativos de trabalho exaustivo e produtivo, do Estado como a organização política de toda sociedade "civilizada" e da natureza como um recurso ou instrumento para o desenvolvimento econômico (VESENTINI, 1989).

Esse fenômeno da modernidade tem como principal característica a exaltação da racionalidade humana, que será estendida para a própria gestão do poder. Além disso, esse desenvolvimento econômico está intimamente ligado ao fortalecimento do Estado.

Durante esse período ocorre um processo de mudança na forma de organização do poder, caracterizada por uma progressiva centralização deste mesmo poder, que acaba abarcando por completo todas as relações políticas.

Tal processo está baseado no princípio da territorialidade da obrigação política, ou seja, a questão do espaço passa a ser um elemento relevante na discussão da organização estatal.

O território aqui é entendido como uma extensão física de terreno, ampla o suficiente para permitir uma crescente integração de interesses e de relações entre grupos de vizinhos, recebendo o reconhecimento e a disciplina institucional.

Deste modo, o Estado aparece como uma conexão dessas relações e, portanto, como uma estrutura organizativa formal da

vida em sociedade que tem como funções garantir a paz interna, eliminar o conflito social, normalizar as relações de força, tudo isso através do exercício monopolístico do poder por parte do soberano.

Esse tipo de organização estatal só foi possível a partir de uma nova visão do mundo, resultante da mudança na concepção de ordem como uma hierarquia prefixada e imutável de valores e fins, por uma ordem onde o homem tem capacidade de gerenciar-se utilizando os instrumentos à sua disposição.

Assim, a ordem estatal torna-se um projeto racional da humanidade, expressa através do Contrato Social idealizado por Hobbes.

Pode-se fazer uma interpretação ambientalista de Hobbes, tendo como pressuposto que é a escassez de recursos o fator que dá origem à necessidade da formação do Estado (PÁDUA, 1992).

A constituição do espaço público seria a condição para uma vida superior, mais civilizada e segura em relação ao estágio anterior onde esse poder centralizado é inexistente.

No caso desse poder, promotor do interesse coletivo e a favor da sobrevivência da sociedade, não existir, os homens se destruiriam mutuamente numa luta para obter aqueles recursos que eles consideram como necessários para a obtenção de seus fins. Haveria deste modo um potencial conflito global.

A criação do poder público absoluto que regula as condições e os limites para a apropriação privada dos recursos limitados mostra-se como o pré-requisito para a sobrevivência da sociedade.

Isso não significa que a preocupação de Hobbes estivesse voltada para a problemática ambiental, ao contrário, sua questão central, assim como a dos demais pensadores de sua época, era a política juntamente com as noções de liberdade e de Estado.

Do mesmo modo, esse não foi o tema central dos séculos seguintes, quando a atenção estava muito mais voltada para a Revolução Industrial em desenvolvimento dentro do Estado-Nação em construção, para o capitalismo dela decorrente e para essa nova classe em formação, o proletariado.

Essa revolução está embrionariamente permeada por dois segmentos ideológicos, o liberalismo e o socialismo ².

O socialismo propunha, dentro dessa sociedade capitalista extremamente desigualitária, uma sociedade igualitária num espaço totalmente humanizado, onde uma segunda natureza, construída com planos e métodos científicos, substituiria a natureza selvagem e caótica. Seria através do trabalho que os homens construiriam essa utopia: o

¹ Dentro das várias correntes do socialismo, esta análise irá considerar a vertente marxista.

desenvolvimento das forças produtivas permitiria o reino da abundância.

A natureza, na teoria marxista é concebida como uma utilidade, só ganhando significado para a humanidade quando numa relação de transformação com o trabalho humano. Esta concepção é aceita também no campo dos eco-marxistas, como o demonstra a elaboração de Altvater (ALTVATER, 1993).

Ecologicamente falando, não havia uma alternativa radical ao capitalismo no modo de encarar a natureza, isso seria um problema secundário frente à contradição essencial capital-trabalho, que somente seria resolvida através da socialização dos meios de produção.

Mas esses meios de produção existem dentro de uma distribuição espacial das condições, naturais ou artificiais, que seriam as criadas pelo homem, que formam a base material para a reprodução da vida social.

Essa distribuição é objeto da análise e da descrição da Geografia, que busca compreender as relações entre estas condições e a qualidade de vida social num determinado modo de produção, portanto, num determinado contexto social (BOTTOMORE, 1988).

Na Geografia inspirada pelo pensamento conservador e/ou liberal destacam-se duas correntes de pensamento: uma materialista, que se apega a uma versão do determinismo

ambiental e assim é uma doutrina que vê as formas de economia, de reprodução social e de poder político como determinadas pelas condições ambientais (pela localização); a outra, é mais idealista, vendo a sociedade como um ator constante na transformação do planeta.

Pode-se dizer que Marx e Engels têm uma certa aproximação com esta segunda corrente, porque aceitam a possibilidade do homem agir sobre o mundo externo modificando-o.

A história social e natural se entrelaçariam, esta é uma interpretação historicista da natureza, portanto a história poderia ser analisada como uma história da natureza.

Essa abordagem é influenciada pela teoria evolucionista de Darwin, concebendo a história da natureza como precedendo à da humanidade. Com o elevado grau de desenvolvimento tecnológico atingido pela humanidade, ocorrido com o advento do capitalismo, portanto da modernidade, existe uma atuação cada vez maior no sentido de modificar a natureza, e assim a história natural ficaria subordinada à social.

As referências à natureza são tomadas essencialmente para aclarar o social, para fundamentar uma visão de etapas que perceberia a história como uma seqüência de modos de produção com uma lógica que se desenvolveria no sentido do inferior para o superior e que justifica a possibilidade de existência do

socialismo como uma etapa pós-capitalista surgida a partir do término da dominação burguesa.

Para estes autores, os seres humanos atuariam sobre a natureza, fazendo sua própria história mas não sob circunstâncias sociais e geográficas escolhidas por eles.

Os homens criariam uma segunda natureza (a modernidade). O reino natural se apresentaria como matéria reelaborada pelo trabalho humano. Aqui o conceito de trabalho do homem, essencialmente social, é fundamental. É a dominação da natureza a partir do esforço físico, norteado pela razão e auxiliado pela tecnologia.

O trabalho é visto como aspecto social, distinto da natureza, como atividade racional, em oposição a ela. Ele é a produção humana que se destina a humanizar o mundo e a natureza, criando uma segunda natureza artificial no lugar da natureza original. Isto é, o homem teria condições, no limite, de multiplicar as capacidades naturais.

A produtividade física do trabalho é afetada pelas condições ambientais que, por sua vez, são a base física da divisão social do trabalho (MARX, 1983).

Natureza pode ser objeto de trabalho, mas grande parte dela é produto social.

O capitalismo produz uma paisagem geográfica à sua imagem e com isso cria contradições ao produzir ambientes que o

favorecem ao mesmo tempo que aprisionam seus futuros caminhos do desenvolvimento.

Ao tentar reconstruir esse entendimento geográfico sob uma perspectiva socialista, Marx não altera a idéia de exploração da natureza. Ele acaba explorando o aspecto pelo qual o capitalismo transforma e cria a natureza sob a forma de novas forças produtivas implantadas, colocando em marcha processos irreversíveis, e até prejudiciais, de mudança ecológica.

Mas é somente neste século que surge a problemática ecológica como um fato relevante e, mesmo assim, só na sua segunda metade.

Apesar disso, todos esses temas estiveram sempre presentes de uma maneira ou de outra em muitos pensadores durante todo esse período, um exemplo disso é a preocupação preservacionista.

O PRESERVACIONISMO

Essa preocupação nasce da ameaça de extermínio da sociedade e da natureza como resultado da dinâmica dessa cultura moderna.

A presença da problemática ecológica ou preservacionista no século XVIII, surge na Inglaterra como

reação à industrialização, por ser o primeiro país a passar por esse processo, e à degradação ambiental que o acompanhava.

Mas mesmo antes, no século XVII, já era possível encontrar-se uma legislação ligada à conservação ambiental como é o caso de estatutos, editos e leis de caça destinados a proteger certos animais durante o período de sua procriação.

O próprio termo *conservation* surge no final da Idade Média, para designar os guardiões do rio Tâmsa, que naquela época sofria com os problemas da poluição.

Mas é no final do século XVIII que essa legislação visando a questão ambiental tem seu momento decisivo, quando a Revolução Industrial inglesa atinge seu grande crescimento.

As sociedades industriais, tanto as de economia de mercado como as de economia planejada, foram as menos conscientes da relação entre política e ecologia, mesmo no século XX, inclusive em sua segunda metade. Depois disso houve mudanças.

A partir da Revolução Industrial valorizou-se a produtividade do trabalho humano e do capital, deixando de lado a produtividade dos sistemas naturais.

Malthus chamou a atenção para a questão da fertilidade dos solos como não sendo homogênea, ao mesmo tempo que aponta a espécie humana como possuidora de um poder reprodutivo maior

que suas possibilidades de sobrevivência dependente de seus recursos naturais (POURSIN e DUPUY, 1975).

Para esse autor, a humanidade, dentro dessas características, tenderia a cultivar os solos mais férteis primeiro e em seguida os solos menos produtivos. Isso resultaria numa diminuição constante da produtividade média dos solos cultivados.

Marx, por outro lado, opõe-se a essa idéia, não só negando essa queda na produtividade do solo, como afirmando que ela aumentaria em função do trabalho humano. O tema do trabalho humano, sem dúvida tão importante, permaneceu permanentemente como central em suas análises.

O que Marx não considera, e que Malthus não conseguiu identificar, é que de fato há uma queda de produtividade localizada na energia, o que se colocará somente quando ocorrer uma escassez de energia. E este é um tema central no fim do século XX, mesmo admitindo-se que a ciência permita a exploração de novas fontes energéticas.

Durante o desenvolvimento capitalista, quantidades crescentes de energia foram postas à disposição da economia, o que permitia crescimento e a consideração da energia disponível como crescente, isso fez com que por muito tempo a teoria de Malthus fosse rejeitada.

No entanto, mais recentemente, essa teoria foi retomada e revisada, surgindo dessa revisão a concepção ecológica de Howard Odum, que considera como fundamental para sua análise a relação entre a produtividade da terra cultivada e a energia despendida em seu cultivo.

Para esta concepção, a produtividade das transformações aumentaria enquanto a energia gasta com o cultivo não supere a quantidade de energia solar que as plantas cultivadas podem fixar pela fotossíntese. Se este patamar é ultrapassado, a produtividade das transformações diminui rapidamente.

Essa concepção demonstra a necessidade de uma consciência sobre a irreversibilidade dos fenômenos, e exige uma ação política interventora nessa cadeia. Isto porque se uma tecnologia prejudica, ao modificar o ambiente, sujeitos que não se beneficiam dessa mesma tecnologia, acaba transformando esse problema numa questão da esfera política.

A exteriorização negativa das tecnologias ou, como Altvater a chamará, a externalização das entropias (ALTVATER, 1993), exige uma ação por parte da administração pública porque os Estados são instrumentos com legalidade e legitimidade política para mobilizar recursos necessários a qualquer ação política.

A partir do fim da década de sessenta, inicia-se um movimento de exportação da poluição por parte dos países

desenvolvidos industrialmente para os chamados países subdesenvolvidos.

Esses países desenvolvidos passaram a aplicar internamente uma política de proteção ambiental, principalmente no início da década de setenta, caracterizada pela exportação da degradação ambiental para fora de suas fronteiras. Como consequência dessa postura, houve uma melhora na qualidade ambiental desses países, ao mesmo tempo em que ocorreu um incremento, relativo e absoluto, da degradação ambiental dos países subdesenvolvidos. Aliás, este aspecto chama fortemente a atenção sobre o papel indutor do Estado e sobre a questão chamada mercado político ou social.

Com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo, como modo de produção hegemônico, assiste-se à institucionalização do militarismo, como elemento importante no aparato do Estado-Nação.

A estatização e a militarização crescentes são características do capitalismo, especialmente após a Primeira Guerra Mundial.

Como afirma Rosa Luxemburg, o militarismo desempenharia duas funções: assegurar a manutenção do órgão de dominação capitalista, o exército permanente, assim como assegurar a criação de um magnífico campo de acumulação para o capital (LUXEMBURG, 1976).

Esse campo de acumulação pode ser identificado no complexo industrial-militar que surge com a Segunda Guerra Mundial e permanece após seu término. Na realidade, pode-se considerar que depois desse conflito esse complexo industrial ganhou um grande impulso com a corrida armamentista gerada pela Guerra Fria.

Durante o período da Guerra Fria, as necessidades estratégico-militares tornaram-se aos poucos o fator dinamizador das inovações tecnológicas. Como resultado disso, há um aumento substancial no acúmulo de armamentos (cada vez mais potentes e devastadores) e do perigo de catástrofe militar.

O MOVIMENTO ECOLÓGICO

Como consequência desse contexto mundial, se instaura uma consciência ecológica a partir do momento em que a humanidade percebeu que poderia se auto-destruir.

Essa consciência é contemporânea da era nuclear, do crescimento dos complexos industriais-militares, da corrida armamentista e da expansão industrial a nível global por meio das multinacionais.

É na década de sessenta, principalmente nos seus últimos anos, que tem origem a atual preocupação político-

ecológica. No entanto, o marco do despertar dessa preocupação a nível planetário é do início dos anos setenta.

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, foi fundamental para o desenvolvimento dessa questão.

Os movimentos ecológicos³ tomam um grande fôlego a partir desse momento, eles passam a ter significado político e se manifestam em todas as correntes políticas. Esse movimento ecológico é muito complexo, compreendendo: a) associações autodenominadas ambientalistas, que seriam o movimento ecologista propriamente; b) setores ecologistas da comunidade científica; c) indivíduos coletivos, formadores de opinião; d) partidos verdes; e) pequenos e médios empresários que incorporaram essa problemática na sua racionalidade microeconômica; f) comunidades de técnicos de agências estatais do meio ambiente; g) outros movimentos sociais que tocam nessa problemática ecológica; h) camponeses cujo modo de produção considera a dimensão ecológica (VIOLA e LEIS, 1989).

Durante a década de setenta, a problematização do meio ambiente passa a ser considerada em escala global, deixando de ser um problema nacional para transformar-se em internacional e de relações internacionais.

³ A diferenciação entre movimento ecológico e movimento ambiental será tratada mais adiante.

Também nessa década, os movimentos ecológicos cresceram muito, mas só na década seguinte se redefiniram e institucionalizaram-se. Em grande parte devido à crise na esfera da política, à crise dos partidos e à crise das teorias e realidades socialistas.

A esfera da política está em crise porque não consegue responder às demandas a ela feitas. Para muitos segmentos da sociedade, se transformou apenas em administradora do Estado, incapaz de projetar melhores horizontes.

O movimento ambientalista, de modo geral, é universalista, pretendendo defender o planeta Terra da sua destruição, possibilitando uma vida ecologicamente mais saudável. É uma luta que interessa a todos, sendo em sua maioria movimentos voltados para o pacifismo, o anti-armamentismo e a oposição à ação agressiva do capitalismo e dos Estados sobre a natureza.

Ele busca entender a lógica econômico-social que produz essa realidade e, a partir disso, busca encontrar uma nova forma de organização política ou mesmo sócio-econômica que minimize o problema.

De fato, nos últimos vinte anos, o problema ambiental gerou um debate sobre as opções de política ambiental que poderiam ser adotadas pelos países. Considerando que essa questão tem uma natureza transnacional, pode-se também vislumbrar uma certa ordem ecológica que teria por

característica a proposta de tratamento global de alguns problemas e o estabelecimento de uma jurisdição supranacional. Desta forma, o tema meio ambiente ganha definitivamente status de tema atinente à sociedade, à política e ao Estado. Alcançando, finalmente, espaço primordial na agenda das relações internacionais na década de noventa.

Essa visão, que diz respeito também à constituição do Estado e à transformação do mundo, engancha-se nas teorias clássicas das relações internacionais porque a degradação ambiental no médio prazo ameaça a ordem internacional e, conseqüentemente, a segurança interna dos países (CANÍZIO, 1990).

REALISMO E COOPERAÇÃO

Sendo o sistema internacional por definição anárquico, segundo a concepção de Morgenthau, cumpriria aos Estados agirem no sentido de sua auto-preservação e lutarem pela ampliação e acumulação de poder. Desta forma, a questão ambiental insere-se em outro tema central: a viabilidade ou não de formas cooperativas no sistema internacional.

A linha analítica realista ao abarcar a problemática ambiental, tende a preservar as noções de interesses estratégicos associados a uma política de força.

As tendências do movimento ambientalista no geral são herdeiras das tradições utópicas do século passado. Algumas adotam a postura intervencionista, no sentido de conter a atual degradação ambiental. Dentro dessas tendências intervencionistas situam-se o eco-autoritarismo e a eco-segurança.

A corrente da eco-segurança é uma tendência herdeira do pensamento realista nas relações internacionais, tem por característica principal a identificação da natureza conflitiva das relações entre os Estados. A preocupação central desse movimento é saber como a problemática ambiental e seus efeitos, tanto globais como nacionais, podem vir a afetar as relações de poder entre os Estados.

Na mesma linha teórica está o eco-autoritarismo que identifica na escassez de recursos naturais a corrosão da base material da democracia e do individualismo.

Dentre as concepções neo-idealistas, que buscam a cooperação internacional por meio da difusão de valores e instituições democráticas, aparece a eco-democracia como uma corrente que vê a questão ambiental como a raiz do movimento que levará à globalização dos assuntos internacionais, com o advento de uma autoridade central mundial essencialmente democrática.

Esse enfoque idealista é de inspiração kantiana e rousseauiana, postulando que pela razão prática os homens

buscam um ordenamento internacional que supere a anarquia inter-estatal, pois o homem deve preferir viver sob um estado de direito.

O enfoque globalista está sucedendo ao idealista, pois suas análises têm considerado e reforçado a importância e os papéis desempenhados pelos organismos internacionais, tendendo a incentivar uma visão de ações coletivas e cooperativas entre Estados. O movimento ecológico que adota essa postura é o eco-democrático.

Uma corrente que foge à generalidade é o eco-fascismo, herdeiro do nazismo, que incorpora a questão ambiental como um modo de manipular os desejos reprimidos de um povo. Para ele, a solução do problema ambiental reside no poder da autoridade para proibir, punir e policiar; é a aplicação da idéia do chefe todo poderoso do fascismo moderno. O culto à natureza resulta num totalitarismo, representando uma resposta possível à crise ambiental, não contrariando radicalmente o *status quo* e enraizando-se na repressão social e psicológica (nos valores autoritários da sociedade moderna).

Uma outra corrente ainda, é a dos fundamentalistas: são comunidades alternativas que se propõem a formar uma organização comunitária com princípios diferentes ou alternativos, recusando-se a trabalhar nesta sociedade tendo em vista transformá-la.

No fundo, o que os movimentos ecológicos em geral compreendem, é que a crise ecológica atual não é meramente resultado do sistema produtivo vigente e contrapõem-se às concepções dos informes realizados por comissões governamentais nacionais e internacionais para tratar dessa problemática.

A crítica que esses movimentos fazem está muito mais ligada ao próprio tipo de sociedade atual com seu modelo de consumo, baseado na desigualdade e nesse modo de produção incapaz de limitar ou bloquear o crescimento em busca de uma repartição mais equitativa dos bens disponíveis (GORZ, 1978).

Esse tipo de preocupação pode ser encontrada também em teóricos desvinculados desses movimentos, como no caso de Celso Furtado que, em entrevista à revista *Veja* (FURTADO, 1993), identifica a atual crise mundial com a questão ecológica ao dizer:

"Ficou claro que o processo é autodestrutivo. Você marcha cegamente para inviabilizar a vida no planeta. A questão é que as forças que comandam a civilização estão numa direção destrutiva. Por que há tanta queima de combustíveis nas cidades? Todo mundo sabe o mal tremendo que isso está fazendo à população. Mas insistem. É que as forças políticas que comandam o mundo continuam a jogar na questão do crescimento. Você vê a angústia que há hoje em dia porque o mundo está parado. Como se fosse preciso crescer. A margem de desperdício é tão fantástica - na Europa e nos Estados Unidos - que você poderia imaginar

perfeitamente um mundo sem crescer e que melhorasse sempre, com o sistema econômico remanejando recursos e funcionando em outra direção. O objetivo não deveria ser sempre o crescimento, e sim a qualidade de vida".

Assim, a grande proposta não é a criação de um outro sistema produtivo "ecologicamente bom", mas uma alteração radical na própria realidade existente, ou seja, é a proposta para a criação de um novo sistema de valores que reestruture a sociedade. É este enfoque que acaba pesando, muitas vezes, na consideração das conversões da dívida, em particular das *debt-for-nature swaps*.

Para a análise do tema da alteração das realidades existentes, as abordagens teóricas devem buscar e incorporar as diferentes formas de disputas e conflitos entre as nações e, ao mesmo tempo, compreender a dinâmica da interdependência.

Num patamar que se poderia chamar mais pragmático, a expectativa do ecologismo é que nos países industrializados ocorra um processo de transformação cultural que torne possível a assimilação de valores pós-materialistas. Enquanto para os países menos desenvolvidos sua expectativa é a da ocorrência de um desenvolvimento ecologicamente sustentado e socialmente mais justo.

O tema ambiental por si só, até o início dos anos noventa, não possui força suficiente para desatar ações significativas em termos de transferências internacionais. A

estratégia diplomática formulada por países como o Brasil, passa pela associação do tema da degradação ambiental ao do desenvolvimento em geral. Apesar disso, como veremos no capítulo seguinte, estabeleceu-se um tecido de acordos, convênios, regulamentos, sobretudo um consenso mínimo, que, para alguns, estaria significando o encaminhamento da constituição de um ou mais regimes internacionais para o meio ambiente.

Em outras palavras, deve-se considerar que o meio ambiente significa um *locus* onde esse países têm adotado a estratégia de colocar esse tema associado à questão do modelo de desenvolvimento, com um discurso que enfatiza a necessidade de um reordenamento internacional, isso porque hoje percebe-se que os problemas ecológicos ultrapassam a dimensão nacional.

Hurrel e Kingsbury constataam que a maior parte dos estudos e propostas relativas ao meio ambiente menosprezam as reais relações de barganha praticadas no jogo internacional.

Essa barganha deve ser trabalhada pelos países em desenvolvimento a fim de evitar a construção de uma "ordem ecológica" ditada pelos países desenvolvidos, o que poderia resultar num intervencionismo. Nesse sentido, as negociações diplomáticas que buscam a cooperação representam um avanço.

A cooperação deve ser movida por um critério de equidade, de tal modo que cada um saiba de antemão a sua responsabilidade nas contribuições à degradação ambiental,

onde sem dúvida os países mais desenvolvidos industrialmente têm maiores responsabilidades (LLANA, 1990). Daí resulta a pressão exercida pelos países em desenvolvimento, como o Brasil, para que esses países assumam os custos da proteção ao meio ambiente.

Um avanço nesse sentido estaria na necessidade de se criar uma nova ordem internacional que supõe uma harmonização global do meio ambiente e do desenvolvimento. Desta forma, esta nova ordem seria uma redistribuição do poder a nível internacional levando em consideração os problemas da biosfera.

É possível perceber esse processo no plano internacional, de criação de uma nova ordem ecológica, quando se analisa a evolução da discussão a esse nível dos problemas ecológicos. Sem dúvida, houve, nos últimos vinte anos, crescimento na densidade de acordos, regionais ou internacionais.

Um exemplo claro disso foi a negociação para a entrada do México no NAFTA (Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos e Canadá), onde um tema importante da negociação foi a inclusão da questão do meio ambiente.

A negociação desse tema tem efeito importante não só para esses três países, mas assume caráter geral graças à influência que passa a exercer a nível internacional ao legitimar a questão ambiental como um tema importante numa negociação sobre a criação de uma zona de livre-comércio. É uma

nova pauta numa negociação Norte-Sul. Influenciando não só outros acordos econômicos, como o MERCOSUL ou o Pacto Andino, mas a atitude de outros países que estão interessados em ingressar no NAFTA, como é o caso do Chile.

Existe uma forte resistência por parte dos grupos ambientalistas nos Estados Unidos em relação ao estreitamento dos vínculos comerciais com países com menor grau de desenvolvimento e com regulamentações ambientais menos rigorosas, esse grupos temem um "dumping ecológico" (BUTELMANN e MELLER, 1992).

Essa suposição justifica-se, segundo esse grupos, pelos efeitos que a presença de uma regulamentação mais permissiva em relação às atividades contaminantes poderia representar, pois tais países poderiam obter vantagem na produção e exportação de bens cujos processos produtivos são mais contaminantes. O resultado dessa situação seria um aumento ainda maior da contaminação desses países.

Do lado chileno, não há um compartilhamento dessa percepção porque estima-se que um Acordo de livre-comércio com os Estados Unidos teria como efeito uma expansão das indústrias menos contaminantes e um aumento na exportação de recursos naturais, talvez com um maior nível de processamento.

O aumento na exploração dos recursos naturais poderia ser controlado por uma legislação ambiental mais rigorosa, a fim de diminuir os impactos negativos dela resultantes, apesar

da precariedade atual das leis e instituições chilenas para regular e tratar da questão ambiental.

Mas o Chile tem consciência de que o mundo desenvolvido será cada vez mais exigente quanto aos processos produtivos utilizados na produção dos bens importados, aqueles que produzirem com tecnologias que ameaçam o meio ambiente serão marginalizados.

As mudanças nas regulamentações ambientais a serem adotadas a partir de agora pelo Chile, não estão voltadas exclusivamente para uma melhor adaptação desse país aos requisitos necessários para obter um acordo de livre-comércio com os Estados Unidos, mas fazem parte das exigências necessárias para uma melhor inserção internacional e para melhorar a qualidade de vida no país.

Particularmente, as estatísticas e os novos dados do conhecimento científico divulgados, possibilitaram uma alteração no ordenamento "moral" entre os países, apesar de discordâncias na interpretação desses dados. Nesse sentido, o problema ecológico tem necessidade de criar um conhecimento mais amadurecido e mais consensual. Para isso necessita-se de uma definição uniforme da situação para poder propiciar aos atores a formação de um consenso que permita realizar uma ação política única. O tema do amadurecimento dos conhecimentos técnicos ganha, portanto, uma dimensão significativa.

A questão ambiental a nível internacional possui algumas características particulares: pressões oriundas dos movimentos ecológicos internos aos países têm-se constituído em uma expressiva força com capacidade de fiscalização e denúncia; a transfronteiricidade não comporta soluções do tipo "fechamento de fronteiras" ou ações pontuais, pois evidencia a necessidade de uma cooperação internacional para concretizar as soluções efetivas.

Num primeiro momento, o que se vislumbra é uma discussão localizada, geralmente relativa a alguma controvérsia entre dois países sobre algum efeito negativo que ocorre entre suas fronteiras.

De modo geral, isso poderia ser resolvido com algum tratado ou acordo entre os contendores. Mas os efeitos deletérios cada vez mais globais, deixaram de fazer parte das questões fronteiriças para terem uma expressão planetária, criando uma demanda por uma nova forma de resolução.

Apesar de tudo isso, aparentemente, o surgimento da temática ecológica trouxe consigo um enorme potencial que ainda não foi totalmente explorado em termos de política internacional.

O tema do meio ambiente faz parte da problemática tratada pela teoria da interdependência, graças a sua adequação às características temáticas dessa teoria:

A) Nessa teoria, os diversos atores podem estabelecer estratégias ligadas a determinados temas de acordo com suas conveniências e, assim, repartir os elementos e instrumentos de poder nos diferentes assuntos da agenda de negociação.

B) Não existe uma hierarquia rígida nos temas da agenda das relações internacionais e, com isso, essa agenda acaba sendo estabelecida no decorrer da negociação.

C) Neste modelo de interdependência, as negociações internacionais podem ser influenciadas por atores não governamentais, não havendo uma separação nítida entre política exterior e política doméstica porque estas passam a se determinarem reciprocamente e a se influenciarem no momento da tomada de decisão.

D) Os mecanismos e instituições multilaterais internacionais ou as organizações internacionais assumem uma relevância crescente na política mundial, atuando no âmbito da constituição de coalisões, da mediação de interesses divergentes e da obtenção de transações relativamente consensuais entre as partes.

Dentro desse cenário, as ações individuais dos diferentes atores devem se harmonizar através de um processo de negociação, coordenação e cooperação. A cooperação intergovernamental, usando a definição dada por Keohane, ocorre quando as políticas realmente seguidas por um governo são percebidas pelos demais como estimuladoras para a realização de

seus próprios objetivos, como resultado de um processo de coordenação de políticas (KEOHANE, 1984).

Keohane considera que persistir na ausência de hegemonia, leva a uma busca da consolidação da cooperação através de regimes internacionais sólidos, cujo objetivo é promover relações globalmente mais estáveis e de maior benefício para os atores internacionais.

O que ocorre é que a questão ambiental, ao colocar questões relativas à cooperação e ao financiamento internacional, tem suscitado elaborações teóricas identificadas com a abordagem idealista, o que aponta para a necessidade do fortalecimento dos organismos e das políticas internacionais comuns, assim como para o questionamento dos Estados nacionais enquanto unidades básicas do sistema internacional. É dentro desta perspectiva que se interseca o tema do meio ambiente com o tema da dívida externa dos países pobres: por um lado o tratamento conceitual do meio ambiente, por outro a questão vital do financiamento externo para esses países. Mesmo numa perspectiva que tenha em conta realisticamente as decisivas relações de poder e as assimetrias, os dois temas permanecem com significativas intersecções.

Apesar disso, as ações concretas têm apontado modalidades de relacionamento inter-estatal, direcionando-se mais para a defesa de interesses imediatos e para as trocas de vantagens recíprocas. Sendo sucessiva e contemporaneamente

relações de cooperação, ou de interdependência, ou de concorrência, ou ainda de enfrentamento.

Essas transformações até o momento discutidas indicam que até hoje a utilização dos tratados e dos acordos para solucionar esses problemas é insuficiente. O debate relativo aos regimes internacionais, que por suas características próprias se apresentariam como meios mais eficazes para este tipo de realidade, indica quão longo é o caminho e que mesmo uma perspectiva de cooperação não poderá desconhecer as relações de poder.

BIBLIOGRAFIA

- ALTVATER, ELMAR.** Seminário realizado no CEDEC, São Paulo, 17 de abril de 1993.
-, "Falência e destruição: ou de como a crise financeira internacional e a destruição da floresta tropical estão interligada" in: **Contexto Internacional** nº 10, Rio de Janeiro, 1989.
-, **Ilhas de sintropia e exportação de entropia, custos globais do fordismo fossilístico**, Mimeo, Universidade Livre de Berlim, Berlim, 1992.
- BOTTOMORE, Tom.** **DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA.** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1988.
- BUTELMANN, Andrea e MELLER, Patricio.** "Evaluación de un Eventual Acuerdo de Libre Comercio Chile-Estados Unidos" in **Documentos de Trabajo sobre Comercio en el Hemisferio Occidental.** BID/CEPAL (Comision Económica para América Latina y el Caribe de las Naciones Unidas, 1992.
- CANÍZIO Márcia Jabôr.** "Ecologia e Ordem Internacional- Uma discussão sobre os paradigmas de análise" in: **CONTEXTO INTERNACIONAL**, no.12, Rio de Janeiro, Julho/ Dezembro 1990.
- **O Brasil e a questão ambiental: um estudo de Política Externa Brasileira.** Dissertação de Mestrado, Instituto de Relações Internacionais, PUC, Rio de Janeiro, 1991.
- FURTADO, Celso e CAMPOS, Roberto.** "Celso Furtado e a grande crise de confiança" in **VEJA**, Editora Abril, São Paulo, 28 de julho de 1993.
- GORZ, André e BOSQUET, Michel.** **ECOLOGIE ET POLITIQUE.** Éditions du Seuil, Paris, 1978.
- KEOHANE, Robert O.** **After hegemony, cooperation and discord in the world political economy,** Princeton University Press, Princeton, New Jersey, 1984.
- KOYRE, A.** **DO MUNDO FECHADO AO UNIVERSO INFINITO.** Forense/EDUSP, São Paulo, 1979.
- LLANA, Carlos Pérez.** "Los Noventa: una nueva agenda internacional para una nueva década: in **Estudios Internacionales** , nº 91. Instituto de Estudios Internacionales de la Universidad de Chile, Santiago, 1990.

- LUXEMBURG, Rosa. **A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL**. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1976.
- MARX, Karl. **O CAPITAL** in: Coleção Os Economistas, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1983.
- PÁDUA, José Augusto. "Espaço Público, Interesses Privados e Política Ambiental" in: **REVISTA NUEVA SOCIEDAD**, Tema: "El Desafío Político del Medio-Ambiente" no. 122, Caracas, Noviembre-Diciembre 1992.
- POURSIN, Jean-Marie e Dupuy, Gabriel. **MALTHUS**. Editora Cultrix/EDUSP, São Paulo, 1975.
- VESENTINI, José William. **GEOGRAFIA, NATUREZA E SOCIEDADE**. Editora Contexto, São Paulo, 1989.
- VIOLA, Eduardo J. e LEIS, Hector R. "Desordem Global da Biosfera e Nova Ordem Internacional: O Papel Organizador do Ecologismo" in: **REVISTA SINTESIS**, no.9. Bogotá, 1989.